



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Aos sete dias do mês de março de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- José Luís Marques de Sousa;
- Paulo Jorge Campos Vicente.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Manuel Fernandes Pereira não esteve presente, tendo sido substituído pelo Sr. José Luís Marques de Sousa.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 2113/12 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.**
3. **REQ. N.º 235/13 – PC N.º 30/13 – PEDRO JORGE PARRACHO FELICIANO**
4. **REQ. N.º 256/13 – PC N.º 355/11 – MARÇAL JULIO FONTES**
5. **REQ. N.º 1962/12 – PC N.º 25/11 – LUIS ANJOS FONSECA PIRES**
6. **REQ. N.º 130/13 – PC N.º 167/12 – ISMAEL E RUNA, LDA.**
7. **REQ. N.º 243/08 – PC N.º 36/08 – JÚLIO FARTO HENRIQUES**

8. REQ. N.º 300/12 – PC N.º 466/11 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA
9. REQ. N.º 1980/09 – PC N.º 394/07 – RENATO MIGUEL LINO SANTOS
10. REQ. N.º 351/10 – PC N.º 661/07 – JOAQUIM JOSÉ DUARTE CARDOSO
11. REQ. N.º 713/07 – PC N.º 42/06 – INDUPLA – INDUSTRIA DE PLASTICOS, LDA.
12. REQ. N.º 774/11 – PC N.º 250/08 – VITOR ANTÓNIO LEGASPI TAPIA
13. REQ. N.º 1255/11 – PC N.º 53/10 – J.J.M. PINTURAS DE VEICULOS AUTOMÓVEIS, LDA.
14. REQ. N.º 847/11 – PC N.º 199/10 – JOSÉ AMANDIO SIMÕES, VITOR RODRIGUES SILVA E MARIA DA CONCEIÇÃO BARREIROS VELES
15. REQ. N.º 2770/10 – PC N.º 136/09 – VITOR HUGO RODRIGUES ANTUNES
16. REQ. N.º 166/10 – PC N.º 84/09 – PÃO COM COISAS, RESTAURAÇÃO, LDA.
17. REQ. N.º 1726/11 – PC N.º 123/08 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO CASAL GALEGO
18. REQ. N.º 1063/11 – PC N.º 323/08 – MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
19. REQ. N.º 743/11 – PC N.º 346/04 – MARIA JESUS BONITA FRANCO
20. REQ. N.º 1910/10 – PC N.º 489/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO
21. REQ. N.º 1586/11 – PC N.º 211/11 – ILIDIO ANTÓNIO FERNANDES BARBOSA
22. REQ. N.º 144/13 – PC N.º 31/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.
23. REQ. N.º 1975/12 – PC N.º 360/12 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
24. REQ. N.º 161/13 – PC N.º 34/13 – JOAQUIM VIDAL TOMÉ
25. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.

26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO APOIADO - ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO
27. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2012, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
28. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
29. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.
30. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UMA CAFETARIA NA CASA DA CULTURA. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.
31. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA
32. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA
33. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.
34. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.
35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
36. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de treze processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais quatro assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

Relativamente aos processos de obras particulares fora de agenda, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** pediu, mais uma vez, para que os mesmos sejam organizados de forma a serem integrados na agenda, pois, comparativamente, continuam a ser muitos, tal como hoje, em que são treze.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Mau estado da Rua da Alegria, cujo pavimento tem muitos buracos;
 - ⇒ Rua da Marinha Pequena – taparam os buracos mas já saiu tudo e o pavimento está perigoso;
 - ⇒ Negociações com Santana, SA – ficámos a saber na reunião extraordinária, na sequência do esclarecimento prestado pelo Sr. Dr. Victor Faria, que o pedido do parecer jurídico se enquadrou numa estratégia de negociação com a empresa, no sentido de enfraquecer a sua posição, para que a indemnização fosse o mínimo possível. Foi por isso que o Município gastou 15.000 €, que é um gasto exorbitante, tanto mais que antes foi negado um subsídio para apoio ao escritor marinhense Fernando Silva. O chutar para a oposição a necessidade de gastar 15.000 € ficou desmascarado, e além disso o executivo escamoteou toda a informação sobre as negociações. Esta foi a conclusão que tirou do esclarecimento prestado;
 - ⇒ Há desenvolvimentos sobre a União de Leiria?
O **Sr. Presidente** respondeu informando que ainda não há nada.
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Mau estado das vias – trata-se de uma chamada de atenção, tanto mais que tem trazido à reunião inúmeras vezes um problema que ajuda a denegrir a imagem da cidade, e na altura própria não foram tomadas as medidas, e agora, com este mau tempo, as vias, muitas delas principais, estão degradadíssimas;

- ⇒ Ligação do saneamento – a questão foi colocada pelo Vereador Vítor Pereira, porque o atinge a ela e a muitos outros moradores do lugar da Fonte Santa, Pedra e até da Ordem, que estão a ser obrigados a ligar o saneamento, com custos que muitas pessoas não podem hoje suportar. Mais uma vez se impõe que as taxas sejam revistas. A Câmara fez a rede, as pessoas são obrigadas a ligar-se, mas a Câmara impõe-lhes valores muito elevados, apesar de poderem pagar em prestações. É necessário que sejam tomadas medidas urgentes para revisão das taxas e tarifas, nomeadamente estas, pois referem-se a um dos serviços básicos para garantir qualidade de vida às pessoas.
- ⇒ A intervenção da Dr.ª Alexandra Dengucho leva-o a falar também sobre o assunto das negociações com a empresa Santana, SA., para denunciar a falta de transparência. Cometem-se erros, não se ouve a oposição, esconde-se informação, apesar de pedida inúmeras vezes, chuta-se o ónus da questão e das trapalhadas para cima da oposição. Por tudo isto deixa o seu protesto, de como neste caso, e noutros, o executivo tem vindo a tratar as questões.

▪ **Relativamente a algumas das questões levantadas, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Vias – estamos a preparar um procedimento para o seu arranjo.
O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu que há 3 ou 4 meses que se está a preparar o procedimento, o que não pode ser.
O Sr. Vereador Paulo Vicente informou que esse procedimento era para a Albergaria e foi feito, este, que está a ser preparado, é um outro procedimento.
- ⇒ Parecer – recordou que o parecer relativo à Resinagem foi pedido na sequência de um assunto que foi retirado da reunião, referente a pagamentos, por dúvidas colocadas pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, pois prezamos para que as deliberações que trazemos à Câmara venham dentro da legalidade. A questão já aqui tinha sido esclarecida pelos serviços jurídicos e pelo consultor jurídico da Câmara, e apesar disso subsistiam as dúvidas, pelo que foi pedido o parecer externo.
- ⇒ Saneamento – desconhece os valores em causa, uma vez que as situações são diferentes, pelo que vai pedir aos serviços que lhe quantifiquem os valores em causa.

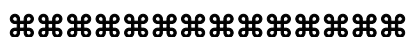
▪ **Relativamente à questão dos apoios levantada pela Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho, a Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira respondeu o seguinte:**

- ⇒ Não é verdade o que afirmou relativamente ao escritor marinhense Fernando Silva.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho referiu que tem agora a informação de que o livro foi adquirido diretamente à editora e não ao escritor.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira lembrou que já em data tardia foram revistos os fundos disponíveis. Aos pedidos de apoio recebidos o executivo respondeu informando que estava a rever os fundos disponíveis, e logo que teve essa oportunidade prestou os apoios solicitados, não só aos livros mas a todas as outras instituições.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho disse estar esclarecida.



1 - 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

156 - Presente proposta da 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

4ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 25.575,14 euros nos reforços e de 25.575,14 euros nas anulações;

4.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 41.075,14 euros nos reforços e de 41.075,14 euros nas anulações;

2.ª Alteração ao Plano de Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 14.500 euros nos reforços e de 14.500 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera não aprovar a 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor da proposta e 4 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.

Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:

“Lamentamos a forma como perante uma injustificável urgência na divulgação de informações à beira de eleições autárquicas permite que se apelidem o exercício do direito e dever por parte dos Vereadores da oposição de acautelarem o bom uso dos dinheiros públicos como sendo uma acção de boicote ao trabalho da autarquia.”

O Sr. Vereador do PSD proferiu a seguinte declaração de voto:

“O concelho precisa é de obras, tanto de cariz material como de cariz eminentemente social.

Sem dúvida que por vezes é preciso publicitar situações que tenham a ver com a vida diária e normal das populações, designadamente, falta de luz, de água, anúncio de tempestades, etc, mas o que nos foi proposto em nada coincide com o que acabei de enumerar.

O que sei é que à sombra da lei dos compromissos, o dia da criança não se festejou, os apoios aos artistas marinhenses pouco ou nada se efetivaram, a Bienal deixou de se realizar entre outros eventos que podiam ser feitos e não se realizaram por se afirmar que não havia verbas.

Pedi explicações mas não fui esclarecido de forma cabal.

Este executivo em campanha das últimas eleições criticou severamente situação análoga tida com o executivo da CDU, ao ponto de chamar à colação a Comissão Nacional de Eleições, para se pronunciar e o resultado foi mandar suspender e retirar a distribuição dos exemplares existentes.

Para uma situação análoga não posso ter outro comportamento na votação que é a rejeição de tal proposta elaborada pelo executivo porque em nada contribui para a melhoria da nossa população mas têm, tão só e apenas, fins puramente eleitorais.”

Os Srs. Vereadores do PS e o Sr. Presidente proferiram a seguinte declaração de voto:

“Lamentavelmente os Senhores Vereadores da oposição CDU-PSD boicotaram o normal funcionamento da autarquia prejudicando a divulgação do potencial do concelho da Marinha Grande e a criação de instrumentos de atração de novos investimentos e projetos para o concelho.

Estão em causa ações que visam a afirmação do potencial da Marinha Grande, a evolução registada nos últimos 25 anos e que se deve ao esforço de todos os autarcas do nosso concelho e aposta num grande projecto protagonizado pela OPEN (Dá-te a conhecer).

Mantemos a expectativa de que a oposição repense esta decisão e ponha em primeiro lugar os interesses do nosso concelho.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

2 - REQ. N.º 2113/12 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.

157 - Presente requerimento n.º 2113/12, datado de 2012/12/28, constante do processo camarário n.º 357/06, subscrito por Duarte Gomes & Duarte, Lda., NIF n.º 506302113, com sede na Rua Vale das Noras, n.º 18, 1.º Esq., Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de alterações da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua Vale dos Noras, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 39/11, de 2011/05/23, com termo em 2013/03/22.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/02/28, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo projeto de alterações apresentado.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico já referido que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 235/13 – PC N.º 30/13 – PEDRO JORGE PARRACHO FELICIANO

158 - Presente requerimento n.º 235/13, datado de 2013/02/19, constante do processo camarário n.º 30/13, subscrito por Pedro Jorge Parracho Feliciano, NIF n.º 218805624, com residência na Rua Pintores de Vidro, Lote 131, Fração B, R/C Frente, 2430-102 Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, pelo qual são aditados ao processo elementos referentes ao pedido de licenciamento de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito no Lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/02/26, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/02/26 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
3. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua do Outeiro, com largura de 2,25 m e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG) – Regulamento n.º 449/2010, publicado em Diário da República, II Série, n.º 95, de 2010/05/17.
4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da Autorização de Utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 256/13 – PC N.º 355/11 – MARÇAL JÚLIO FONTES

159 - Presente requerimento n.º 256/13, datado de 2013/02/25, constante do processo camarário n.º 355/11, subscrito por Marçal Júlio Fontes, NIF n.º 133936368, com residência na Rua do Poço da Quinta, n.º 10, Freguesia de Ribamar, Concelho de Lourinhã, a solicitar o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

licenciamento de alterações executadas no decorrer da obra de *“Legalização da Alteração de uma Moradia Unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Raízes, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 80/12, de 2012/08/21, com termo em 2013/08/20.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/02/25, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo projeto de alterações apresentado.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico já referido que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1962/12 – PC N.º 25/11 – LUIS ANJOS FONSECA PIRES

160 - Presente pedido de licenciamento de uma obra de construção de muros de vedação, a levar a efeito num prédio localizado na rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, inscrito na matriz rustica sob o n.º 5486 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 442.

Presente pareceres técnicos datados de 26 de fevereiro e 27 de fevereiro, ambos de 2013, que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos projetos de arquitetura e de estabilidade apresentados.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos, datados de 26 de fevereiro e 27 de fevereiro, ambos de 2013, que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. De acordo com as alíneas a), b), c) e f) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados. O muro confinante com a via pública não poderá exceder a altura de**

0.80 m, podendo ser encimado por elementos gradeados, com a altura máxima de 0.70 m;

2. No muro entre estremas, quando confinante com espaço público, deverão ser asseguradas as condições e as dimensões referidas no anterior n.º 1, numa extensão de até 1.5 m, a contar do limite do passeio, não podendo exceder, no restante comprimento, a altura de 1.8 m;
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeio em calçada miúda, na extensão total do prédio confinante com a rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 130/13 – PC N.º 167/12 – ISMAEL E RUNA, LDA.

161 - Presente pedido de licenciamento referente à “*Alteração e ampliação de um estabelecimento de restauração e bebidas*” a levar a efeito nas frações “G”, “H” e “I”, de um edifício existente, localizado na Praça Afonso Lopes Vieira, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 18/10/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 25/02/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da

notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do artigo 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;
4. Nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.
5. A afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
6. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 243/08 – PC N.º 36/08 – JÚLIO FARTO HENRIQUES

Assunto retirado da ordem do dia, para novo contacto com o requerente.

8 - REQ. N.º 300/12 – PC N.º 466/11 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA

162 - Presente requerimento n.º 300/12, datado de 06/02/2012, constante do processo n.º 466/11, subscrito por Conceição Jesus Vieira, NIF n.º 177565381, residente em Largo da República, n.º 60A, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar licenciamento (legalização) de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

construção de anexo de apoio ao edifício existente, incidente sobre um prédio sito em Rua da Foz, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 09/01/2013.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

A pretensão não se encontra, apta a ser atendida, uma vez que nos termos da alínea a) do n.º 1 e no n.º 4 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, designadamente por violar a alínea d) do art. 3.º do R.M.E.U.M.G. - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, por contrariar a definição de anexo, segundo a qual um anexo é um “edifício destinado a um uso complementar e dependente do edifício principal”, e se considerar que a obra é “suscetível de manifestamente afetar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens”, designadamente em resultado da excessiva cêrcea proposta para um anexo e excessiva volumetria das empenas sul e nascente sobre a extremas lateral e posterior do prédio.

O projeto objeto do presente pedido não garante adequação ao condicionalismo descrito no n.º 2 Deliberação n.º 737 da Reunião de Câmara de 06/07/1997, apresentando profundidade superior a 5,0 m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1980/09 – PC N.º 394/07 – RENATO MIGUEL LINO SANTOS

163 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 394/07, a executar sobre um prédio sito em Rua dos Foscadores, Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, cujo requerente é Renato Miguel Lino Santos, NIF n.º 219604592, residente em Rua da Benta, n.º 8, Bloco “A”, 1.º Esq.º, Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do vereador do urbanismo, paisagismo, planeamento e ordenamento do território, datado de 05/02/2009.

Presente informação técnica datada de 28/02/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 394/07, a executar sobre um prédio sito em Rua dos Foscadores, Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, cujo requerente é Renato Miguel Lino Santos, NIF n.º 219604592, residente em Rua da Benta, n.º 8, Bloco “A”, 1.ª Esq.ª, Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por despacho do vereador do pelouro do urbanismo, paisagismo e ordenamento do território, datado de 05/02/2009, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 351/10 – PC N.º 661/07 – JOAQUIM JOSÉ DUARTE CARDOSO

164 - Presente projeto de licenciamento de alteração e ampliação de habitação unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 661/07, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joaquim José Duarte Cardoso, NIF n.º 147323894, residente em Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 15/04/2010.

Presente informação técnica datada de 28/02/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º

5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de alteração e ampliação de habitação unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 661/07, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joaquim José Duarte Cardoso, NIF n.º 147323894, residente em Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela lei n.º 28/2010, de 02/09, elevado ao dobro pela aplicação do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 26/06/2008, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 713/07 – PC N.º 42/06 – INDUPLA – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA.

165 - Presente projeto de licenciamento de construção de edifício destinado a instalação de unidade industrial, a que foi atribuído o número de processo 42/06, incidente sobre um prédio sito em Rua da Ponte, n.º 6, Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por INDUPLA – Industria de Plásticos, Lda., NIF n.º 5016250978, com sede em Estrada Nacional n.º 1, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 04/04/2007.

Presente informação técnica datada de 27/02/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de edifício destinado a instalação de unidade industrial, a que foi atribuído o número de processo 42/06, incidente sobre um prédio sito em Rua da Ponte, n.º 6, Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por INDUPLA – Indústria de Plásticos, Lda., NIF n.º 5016250978, com sede em Estrada Nacional n.º 1, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 26/06/2008, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. “

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 774/11 – PC N.º 250/08 – VITOR ANTÓNIO LEGASPI TAPIA

166 - Presente projeto de licenciamento de legalização e alteração de uso de anexo para moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 250/08, incidente sobre um prédio sito em Av.º Eng.º Arala Pinto, Casal de Malta, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Vítor António Legaspi Tapia, NIF n.º 216408903, residente em Av.º Dr. José Henrique Vareda, n.º 39, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 01/04/2010.

Presente informação técnica datada de 28/02/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de legalização e alteração de uso para uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 250/08, incidente sobre um prédio sito em Av.ª Eng.ª Arala Pinto, Casal de Malta, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Vítor António Legaspi Tapia, NIF n.º 216408903, residente em Av.ª Dr. José Henrique Vareda, n.º 39, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, e do resultante da aplicação da duplicação prevista nos n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 04/04/2007, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1255/11 – PC N.º 53/10 – J.J.M. PINTURAS DE VEICULOS AUTOMÓVEIS, LDA.

167 - Presente projeto de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, a que foi atribuído o número de processo 53/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Fonte 25 de Abril, Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por J.J.M. Pinturas de Veículos Automóveis, Lda, NIF n.º 503507083, com sede em Rua de Leiria, n.º 36, Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/06/2011.

Presente informação técnica datada de 28/02/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, a que foi atribuído o número de processo 53/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Fonte 25 de Abril, Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por J.J.M. Pinturas de Automóveis, LDA, NIF n.º 503507083, com sede em Rua de Leiria, n.º 36, Embra, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 30/06/2011, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 847/11 – PC N.º 199/10 – JOSÉ AMÂNDIO SIMÕES, VITOR RODRIGUES SILVA E MARIA DA CONCEIÇÃO BARREIROS VELES

168 - Presente projeto de licenciamento de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas e construção de muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 199/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Quinta do Warnhargem, Brejo de Água, Freguesia de Moita, apresentado por José Amândio Simões Rodrigues Torráo, NIF n.º 153877260, residente em Rua Maria Pia n.º 34 R/C, Freguesia de Prazeres, Concelho de Lisboa, Vitor Rodrigues da Silva, NIF n.º 110283058, residente em Rua do Corgo Norte, n.º 28, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande e Maria da Conceição Barreiros Veles, NIF n.º 119866684, residente em Rua do Corgo Norte, n.º 28, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/10/2011.

Presente informação técnica datada de 28/02/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação estabelecimento de restauração e bebidas e construção de muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 199/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Quinta do Warnhargem, Brejo de Água, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Amândio Simões Rodrigues Torrão, NIF n.º 153877260, residente em Rua Maria Pia n.º 34 R/C, Freguesia de Prazeres, Concelho de Lisboa, Vítor Rodrigues da Silva, NIF n.º 110283058, residente em Rua do Corgo Norte, n.º 28, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande e Maria da Conceição Barreiros Veles, NIF n.º 119866684, residente em Rua do Corgo Norte, n.º 28, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 27/10/2011, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 2770/10 – PC N.º 136/09 – VITOR HUGO RODRIGUES ANTUNES

169 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 136/09, incidente sobre um prédio sito em Rua Gregório Silva, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Vítor Hugo Rodrigues Antunes, NIF n.º 220971528, residente em Rua do Calvário, n.º 21, Moinhos da Barosa, Freguesia de Barosa, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 23/12/2010.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 136/09, incidente sobre um prédio sito em Rua Gregório Silva, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Vítor Hugo Rodrigues Antunes, NIF n.º 220971528, residente em Rua do Calvário, n.º 21, lugar de Moinhos da Barosa, Freguesia de Barosa, Concelho de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 23/12/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 166/10 – PC N.º 84/09 – PÃO COM COISAS, RESTAURAÇÃO, LDA.

170 - Presente projeto de licenciamento de obras de alteração de uma fração autónoma destinada à instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, a que foi atribuído o número de processo 84/09, a levar a efeito num edifício sito em Rua das Portas Verdes, Ed. Cristal Atrium, Loja 35, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Pão Com Coisas, NIF n.º 506625400, com sede em Rua do Montepio, n.º 21, 2.º Dtº, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 15/04/2010.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido à firma requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de obras de alteração de uma fração autónoma destinada à instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, a que foi atribuído o número de processo 84/09, a levar a efeito num edifício sito em Rua das Portas Verdes, Ed. Cristal Atrium,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Loja 35, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Pão Com Coisas, NIF n.º 506625400, com sede em Rua do Montepio, n.º 21, 2.º Dt.º, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 15/04/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º1726/11 – PC N.º 123/08 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO CASAL GALEGO

Assunto retirado da ordem do dia, para novo contacto com o requerente.

18 - REQ. N.º 1063/11 – PC N.º 323/08 – MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

171 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional de duas frações, anexos e muros, a que foi atribuído o número de processo 323/08, incidente sobre um prédio sito em Travessa do Valverde, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Júlia Conceição Silva Alves, NIF n.º 196197244, residente em Rua da Base Aérea 5, n.º 1251, lugar de Segodim, Freguesia de Monte Real e Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29/04/2010.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional de duas frações, anexos e muros, a que foi atribuído o número de processo 323/08, incidente sobre um prédio sito em Travessa do Valverde, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Júlia Conceição Silva Alves, NIF n.º 196197244, residente em Rua da Base Aérea 5, n.º 1251, lugar de Segodim, Freguesia de Monte Real e Concelho de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, duplicado pela aplicação do regime excecional de extensão dos prazos previsto no n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 29/04/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º743/11 – PC N.º 346/04 – MARIA JESUS BONITA FRANCO

172 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional e muros, a que foi atribuído o número de processo 346/04, incidente sobre um prédio sito em Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria de Jesus Bonita Franco, NIF n.º 124237975, residente em Rua Ponto da Boavista, Lote 1, 1.º Frente, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 01/04/2010.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional e muros, a que foi atribuído o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

número de processo 346/04, incidente sobre um prédio sito em Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria de Jesus Bonita Franco, NIF n.º 124237975, residente em Rua Ponto da Boavista, Lote 1, 1.º Frente, Freguesia de Marinha Grande, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, duplicado pela aplicação do regime excecional de extensão dos prazos previsto no n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 01/04/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 1910/10 – PC N.º 489/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO

173 - Presente projeto de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 489/07, incidente sobre um prédio sito em Lote 19, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870813, residente em Rua da Escola Velha n.º 120, Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 20/08/2009.

Presente pedido de prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento, comunicado ao requerente através do ofício nº 1080, de 23/09/2010 rececionado a 29/09/2010.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi

atribuído o número de processo 489/07, incidente sobre um prédio sito em Lote 19, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870813, residente em Rua da Escola Velha n.º 120, Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, e suas prorrogações, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 20/08/2009, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 1586/11 – PC N.º 211/11 – ILIDIO ANTÓNIO FERNANDES BARBOSA

174 - Presente projeto de licenciamento de obras de alteração para instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 211/11, incidente sobre fração autónoma de um edifício sito em Av.ª da Liberdade, Lote N, Fração A, R/C Esq.º, Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ilídio António Fernandes Barbosa, NIF n.º 133533042, residente em Rua das Ribeirinhas n.º 8, Martingança, Freguesia de Martingança, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/10/2011.

Presente informação técnica datada de 04/03/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de obras de alteração para instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 211/11, incidente sobre fração autónoma de edifício sito em Av.ª da Liberdade, Lote N, Fração A, R/C Esq.º, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ilídio António Fernandes Barbosa, NIF n.º 133533042, residente em Rua das Ribeirinhas n.º 8, Martingança, Freguesia de Martingança, Concelho de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Leiria, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 27/10/2011, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de a Câmara deliberar designar a composição das comissões de vistoria para os processos que a seguir se identificam, e tendo em conta as dúvidas levantadas em anteriores reuniões, foi distribuída a todos os membros do executivo cópia da informação jurídica que fica anexa a esta ata (**Anexo 1**), elaborada pela Técnica Superior Dr.ª Madalena Oliveira, que esteve presente na reunião para prestar os esclarecimentos necessários.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

22 - REQ. N.º 144/13 – PC N.º 31/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.

175 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 144/13 de 29-01-2013, de Banco Espírito Santo., S.A., com o NIF 500852367, com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 349, de 1993.

Presente parecer técnico datado 25-02-2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito em Rua das Andorinhas, n.º 72, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

1) Membros efectivos

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Tomé Brás

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

23 - REQ. N.º 1975/12 – PC N.º 360/12 – MARIA ELISA DE JESUS FERREIRA MARQUES – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

176 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 360/12 de 30/11/2012, Maria Elisa de Jesus Ferreira Marques – Cabeça de Casal da Herança, com o NIF 706033094, representado por Jorge Miguel Ferreira Marques, residente em Rua Vale do Rei, n.º 15, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 318, de 1976.

Presente parecer técnico datado 25-02-2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Canto José Neto, n.º 13, lugar de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Trutas, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Maria Elisa de Jesus Ferreira Marques – Cabeça de Casal da Herança, com o NIF 706033094, representado por Jorge Miguel Ferreira Marques, residente em Rua Vale do Rei, n.º 15, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efectivos

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Tomé Brás

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

24 - REQ. N.º 161/13 – PC N.º 34/13 – JOAQUIM VIDAL TOMÉ

177 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 161/13 de 01-02-2013, de Joaquim Vidal Tomé, com o NIF 173664148, residente em Rua Sombras do Poente, n.º 22, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 11553, de 1984.

Presente parecer técnico datado 26-02-2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Sombras do Poente, nº 22, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Joaquim Vidal Tomé, residente em Rua Sombras do Poente, nº 22, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efectivos

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Tomé Brás

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.

178 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-

B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º AR.04.2013 e requisição interna n.º 11701 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de Limpeza e Desobstrução da Rede de Colectores de Águas Residuais Domésticas e Pluviais No Concelho de Marinha Grande, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2012/A/130.

Considerando que o preço base a aplicar é de 29.200,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO
PROJECTO DE EXECUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO APOIADO - ZONA DE
ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO**

179 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de

dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º EM-4.2013 e requisição interna n.º 10071 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da prestação de serviços para elaboração do projecto de execução de um reservatório apoiado - Zona de abastecimento da Estação, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na “*Prestação de serviços para elaboração do projecto de execução de um reservatório apoiado - Zona de abastecimento da Estação*”, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para “*PROJETO DE EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO*”, na classificação orgânica/económica 05/07010406, ação do PPI 2013/1/51.

Considerando que o preço base a aplicar é de 21.400,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que os serviços da DISU propõem o convite à entidade CARLOS SERRANO E ASSOCIADOS ENGENHEIROS CONSULTORES LDA, NIF 502 409 592.

Considerando que não se aplica a este procedimento a redução remuneratória estabelecida no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2012, não havendo, por este facto, termo de comparação e também não terem sido celebrados, em 2012, contratos com a contraparte proposta a convite.

Considerando que não se aplica redução remuneratória por agregação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013, por inexistirem contratos celebrados no ano de 2013, com objeto diferente do que se pretende contratar, com a contraparte proposta a convite, pelos serviços da DISU.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços para elaboração do projecto de execução de um reservatório apoiado - Zona de abastecimento da Estação”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços para elaboração do projecto de execução de um reservatório apoiado - Zona de abastecimento da Estação”*.

Mais delibera recomendar aos serviços que seja efectuado o convite a três entidades e não apenas à indicada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2012, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL

180 - Nos termos do disposto no ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54- A/99 de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que atento o disposto na FAQ n.º 5 da DGAL no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é referido que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...) ”

Considerando que atento parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o ANEXO I consagra o mapa dos “Fluxos de Caixa” do ano de 2012 que apresenta um saldo para a gerência seguinte de 1.547.316,25 euros, dos quais 838.888,54 euros ao nível das operações orçamentais e de 708.427,71 euros ao nível das Operações de Tesouraria.

Considerando que importa proceder à utilização do saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, 2012, no montante de 838.888,54 euros, no cálculo dos fundos disponíveis atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2012, atento o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2012, por fazerem parte integrante do mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

181 - Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa a comprometer consubstancia a assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA, determina que, a título excepcional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 337.391,67 euros, por antecipação da receita proveniente do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a arrecadar no ano de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.

182 - Tendo em conta que o edifício da antiga fábrica da resinagem dispõe de um espaço destinado ao funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas;

Tendo em conta que esta Câmara Municipal não dispõe de conhecimentos, nem de aptidão para assumir a gestão direta desse estabelecimento;

Tendo em conta que é possível, através de um procedimento concorrencial, obter propostas de exploração no mercado, mediante condições que salvaguardem a prossecução do interesse público.

Tendo em conta que ficou deserto o primeiro concurso público lançado para este efeito e que se deve, por isso, voltar à proposta inicial de renda mínima mensal mais reduzida, em função do volume de investimento a cargo do parceiro privado.

Tendo em conta que podem e devem ser criados incentivos à criação de postos de trabalho, o futuro responsável pela exploração beneficiará de uma redução de 25 % sobre o valor da renda mensal, no caso de criar e manter quatro novos postos de trabalho.

Presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, nº. 1, alínea b), 21.º, nº. 1, alínea b), 38.º, 40.º, nº. 2, 67.º, nº. 1 e 130.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 64.º, nº. 1, alínea q), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar;
- b) Escolher o procedimento de concurso público;
- c) Aprovar as peças do procedimento (programa de procedimento e caderno de encargos), que passam a integrar o processo administrativo;
- d) Publicitar o procedimento no Diário da República;
- e) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Sandra Paiva, Miguel Crespo e Inês Marrazes (efetivos) e Pedro Jerónimo e Susana Silva (suplentes).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**30 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UMA CAFETARIA NA CASA DA CULTURA.
ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.**

183 - Tendo em conta que, associado à Casa da Cultura, foi previsto um espaço destinado ao funcionamento de um estabelecimento de cafetaria.

Tendo em conta que esta Câmara Municipal não dispõe de conhecimentos, nem de aptidão para assumir a gestão direta desse estabelecimento.

Tendo em conta que é possível, através de um procedimento concorrencial, obter propostas de exploração no mercado, mediante condições que salvaguardem a prossecução do interesse público.

Tendo em conta que podem e devem ser criados incentivos à criação de postos de trabalho, o futuro responsável pela exploração beneficiará de uma redução de 25 % sobre o valor da renda mensal, no caso de criar e manter dois novos postos de trabalho.

Presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, nº. 1, alínea b), 21.º, nº. 1, alínea b), 38.º, 40.º, nº. 2, 67.º, nº. 1 e 130.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 64.º, nº. 1, alínea q), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar;
- b) Escolher o procedimento de concurso público;
- c) Aprovar as peças do procedimento (programa de procedimento e caderno de encargos), que passam a integrar o processo administrativo;
- d) Publicitar o procedimento no Diário da República;
- e) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Sandra Paiva, Miguel Crespo e Susana Silva (efetivos) e Pedro Jerónimo e Inês Marrazes (suplentes).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA

184 - Considerando que, de acordo com o estipulado no Protocolo de Delegação de Competências, celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, foi delegada a execução de asfaltamentos em ruas de zonas periféricas da freguesia e que o Plano de Atividades

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Municipal contempla verba adequada para a execução da intervenção na Rua do Fetal e na Rua das Oliveiras, na freguesia da Moita.

Considerando que na preparação do Plano de Atividades Municipal do presente ano foram consideradas as diferentes necessidades submetidas a apreciação pelas Juntas de Freguesia, tendo sido prevista verba suficiente para a realização da referida intervenção.

Considerando que os trabalhos em causa são imprescindíveis à criação de boas condições de circulação na freguesia da Moita.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a alínea C), do artigo 4.º, do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, autorizar a realização de asfaltamento da Rua do Fetal e da Rua das Oliveiras, na freguesia da Moita, assegurando-se a transferência de 25.921,03 euros, a que acresce IVA à taxa legal, mediante a apresentação prévia das respetivas faturas, nos seguintes termos: a) 8.182,85 euros, em março; b) 8.500,00 euros, em abril; c) 9.238,18 euros, em maio (qualquer dos valores é acrescido de IVA à taxa legal).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA

185 - Considerando que, de acordo com o estipulado no Protocolo de Delegação de Competências, celebrado com a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, foi delegada a execução de asfaltamentos em ruas de zonas periféricas da freguesia e que o Plano de Atividades Municipal contempla verba adequada para a execução das seguintes intervenções: na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (final), na Rua do Sol, na Rua 1.º de Maio, na Rua dos Outeiros e na Rua da Meia Calçada, a executar durante o mês de abril; e na Travessa 1.º de Dezembro, na Travessa 5 de Outubro, na Rua do Pinhal e na Rua Sombras do Poente, a executar durante o mês de maio, todas localizadas na freguesia de Vieira de Leiria.

Considerando que na preparação do Plano de Atividades Municipal do presente ano foram consideradas as diferentes necessidades submetidas a apreciação pelas Juntas de Freguesia, tendo sido prevista verba suficiente para a realização das referidas intervenções.

Considerando que os trabalhos em causa são imprescindíveis à criação de boas condições de circulação na freguesia de Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a alínea D), do artigo 4.º, do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria,

autorizar a realização do asfaltamento na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (final), na Rua do Sol, na Rua 1.ª de Maio, na Rua dos Outeiros e na Rua da Meia Calçada, a executar durante o mês de abril; e na Travessa 1.ª de Dezembro, na Travessa 5 de Outubro, na Rua do Pinhal e na Rua Sombras do Poente, a executar durante o mês de maio, todas localizadas na freguesia de Vieira de Leiria, assegurando-se a transferência de vinte sete mil, setecentos e trinta euros, no que respeita ao primeiro grupo e de quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois euros, no que respeita ao segundo grupo, que perfaz um total setenta e cinco mil e doze euros, a que acresce IVA à taxa legal, mediante a apresentação prévia das respetivas faturas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.

186 - Considerando que o Protocolo de Cooperação vigente data de 27 de fevereiro de 2009 e que a experiência na sua aplicação, bem como a necessidade de coadunar o quadro de cooperação e apoio às associações de bombeiros às novas exigências legais, designadamente com carácter financeiro, impõe a sua atualização.

Considerando que se justifica um reforço dos apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que este esforço adicional deve ser acompanhado de uma previsão expressa de articulação com o serviço municipal de proteção civil.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

187 - Considerando que o Protocolo de Cooperação vigente data de 27 de fevereiro de 2009 e que a experiência na sua aplicação, bem como a necessidade de coadunar o quadro de cooperação e apoio às associações de bombeiros às novas exigências legais, designadamente com carácter financeiro, impõe a sua atualização.

Considerando que se justifica um reforço dos apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que este esforço adicional deve ser acompanhado de uma previsão expressa de articulação com o serviço municipal de proteção civil.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

188 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º SS.05/2013 e requisição interna n.º 10391 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de manutenção dos espaços verdes da Freguesia da Marinha Grande, para o período de 24 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na *“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes da Freguesia da Marinha Grande”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013, 2014 e 2015 para *“SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PARQUES E JARDINS MUNICIPAIS E OUTROS”*, na classificação orgânica/económica 07/020203, ação do PAM 2013/A/72.

Considerando que o preço base a aplicar é de 100.800,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que o preço base a aplicar no presente processo de aquisição, respeita a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes da Freguesia da Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes da Freguesia da Marinha Grande”*, para o período de 24 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia seis de março de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

2.251.690,65 € (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil seiscientos e noventa euros e sessenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

189 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 307/13 – PC N. 54/13 – MP TOOL – ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA.**
- 2. REQ. N.º 1977/12 – PC N. 318/12 – CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA,CRL**
- 3. REQ. N.º 248/13 – PC N. 370/05 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**
- 4. REQ. N.º 322/13 – PC N. 9/13 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-ACOS ESPECIAIS, LDA.**
- 5. REQ. N.º 336/13 – PC N. 31/08 – AL - FABRICA DE MATERIAL ELETRICO, LDA .**
- 6. REQ. N.º 107/13 – PC N.º 31/08 – AL – FABRICA DE MATERIAL ELETRICO, LDA.**
- 7. REQ. N.º57/13 – PC N.º 439/05 – JOSE ANTONIO MODERNO NEVES**
- 8. REQ. N.º 2021/12 – PC N.º734/06 – JOAQUIM MANUEL DINIS CALVETE**
- 9. REQ. N.º 273/13 – PC N.º124/08 – JOAQUIM FERREIRA CRUZ**
- 10. REQ. N.º 16/13 – PC N.º93/10 – OLGA LOLA FILIPE PIMENTA**
- 11. REQ. N.º 1030/12 – PC N.378/05 – JOSÉ ROLEIRO**
- 12. REQ. N.º214/13 – PC N. 55/2012 – MARIA DE LURDES COELHO FADIGAS GOMES**

13. REQ. N.º 1928/12 – PC N.º 300/12 – NELSON RIBEIRO SIMÕES
14. RETIFICAÇÃO DA DISPOSIÇÃO LEGAL CONSTANTE DA DELIBERAÇÃO DE 28-01-2013 RELATIVA A “*AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO*”
15. HASTA PÚBLICA. LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM.
16. RESTITUIÇÃO DE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE À EMPRESA REPSOL PORTUGUESA S.A.
17. EDIFÍCIO INDUSTRIAL DEGRADADO – RUA CATARINA EUFÉMIA, N.º 38, AMIEIRINHA – MARINHA GRANDE – QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E DA VIA PÚBLICA – PROPRIETÁRIOS: DE EDUARDO JOÃO DINIS MASCARENHAS E DA HERANÇA DE HERLANDER JOÃO DE ALMEIDA MASCARENHAS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - REQ. N.º 307/13 – PC N.º 54/13 – MP TOOL – ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA.

190 - Presente pedido de informação prévia, em nome de MP TOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA, para a construção de edifício industrial a localizar em terreno situado em Cumeiras, Marinha Grande numa área designada pelo PDM da Marinha Grande como “Área Industrial da Marinha Pequena”;

Presente informação técnica a caracterizar a pretensão quanto à sua adequação aos instrumentos de planeamento territorial do município e às infraestruturas urbanas existentes;

A Câmara deliberou:

Informar a empresa requerente, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, ser viável a construção do edifício pretendido, nos termos em que se encontra elaborado o estudo prévio apresentado, devendo ser assegurada a satisfação dos seguintes condicionalismos:

1.- Execução ao longo da totalidade das frentes da parcela, por parte do promotor, dos arruamentos de acesso, assegurando o prolongamento da via situada a Nascente e a execução do troço composto por duas vias com separador central, a Poente, com as dimensões e características definidas pela Câmara Municipal e patentes nas peças desenhadas no presente estudo prévio, para o que deverá ser apresentado o correspondente projecto de obras de urbanização.

2.- Nos termos do n.º 3 do supracitado articulado legal, o procedimento de controlo prévio a que se encontra sujeita a operação urbanística pretendida, durante o período de vigência da presente deliberação, é o de comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1977/12 – PC N. 318/12 – CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA,CRL

191 - Presente processo de licenciamento em nome de CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA,CRL, NIF n.º 500978921, com sede em Largo Cândido dos Reis, n.º 19 na 25, Leiria, para a legalização de um edifício destinado a armazém sito na Rua Esquerda, Almoinha Velha, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presentes processos antecedentes, da Câmara Municipal de Alcobaça, com os n.ºs 281/00 e 621/88, em nome de Coelho & Sousa.

Presente informação técnica que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação.

A Câmara deliberou:

Deferir o processo em causa, com os seguintes condicionalismos:

1 - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março;

2 - Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 248/13 – PC N. 370/05 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA

192 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Alteração e ampliação de edifício de comércio e serviços*” existente, localizado na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 10/05/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 05/03/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
3. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 322/13 – PC N. 9/13 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-ACOS ESPECIAIS, LDA.

193 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de demolição e construção de um muro de vedação, a levar a efeito num prédio urbano sito na Travessa da Indústria, nº 6, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços de 06/03/2013 que atesta estar o projeto apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o seguinte condicionalismo:

1. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.
2. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 336/13 – PC N. 31/08 – AL - FABRICA DE MATERIAL ELETRICO, LDA .

194 - Presente Processo de Licenciamento relativo à Legalização de Construção de Instalações Fabris, situadas na Rua da Alemanha, Lote 6B – Zona Industrial de Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por AL – FABRICA DE MATERIAL

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

ELETRICO, LDA., com o NIF 501440348, com sede em Rua da Alemanha, Lote 6B, Zona Industrial, Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande.

Presente requerimento subscrito pela empresa supra citada a solicitar a libertação da garantia bancária prestada no âmbito do presente processo, relativamente aos condicionalismos de aprovação do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção em prestações.

Presente deliberação camarária em que foi aprovado o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção em cinco prestações, no valor de 8.754,98€ (oito mil setecentos e cinquenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos) cada uma, com a condição de ser prestada a garantia bancária prevista no n.º 4 do artigo 117.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no montante de 36.770,90€ (trinta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa cêntimos).

Presente Garantia Bancária n.º 159-43.010064-8 da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 36.770,90€ (trinta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa cêntimos), prestada no âmbito do disposto no n.º 4 do artigo 117.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, para garantir o pagamento das prestações referentes às taxas pela emissão do alvará de construção n.º 25/12, emitido em 14/09/2012.

Presentes as guias de receita n.º 12729, de 14/09/2012, n.º 14972, de 17/10/2012, n.º 17014, de 22/11/2012, n.º 19111, de 21/12/2012 e 1954, de 21/01/2012, cada uma no montante de 8.754,98€ (oito mil setecentos e cinquenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos), correspondentes às cinco prestações referentes ao pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção.

Presente parecer técnico, datado de 06/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou:

Deferir o pedido de libertação da totalidade da Garantia Bancária n.º 159-43.010064-8 da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 36.770,90€ (trinta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa cêntimos), por se ter mostrado cumprido o pagamento da totalidade das prestações correspondentes às taxas devidas pela emissão do alvará de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 107/13 – PC N.º 31/08 – AL – FABRICA DE MATERIAL ELETRICO, LDA.

195 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 107/13 de 13-03-2013, de AL – FABRICA DE MATERIAL ELETRICO, LDA., com o NIF 501440348, com sede em Rua da Alemanha, Lote 6B, Zona Industrial, Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 31/08.

Presente parecer técnico datado 25-02-2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto no n.º 6 do art.º 57.º do RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Alemanha, Lote 6B, Zona Industrial de Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de AL – Fabrica de Material Elétrico, Lda., com sede em Rua da Alemanha, Lote 6B, Zona Industrial, Casal da Lebre, com a seguinte composição:

1) Membros efectivos

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Tomé Brás

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

7 - REQ. N.º57/13 – PC N.º 439/05 – JOSE ANTONIO MODERNO NEVES

196 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 57/13 de 2013/01/11, de JOSE ANTONIO MODERNO NEVES, com o NIF 135907632, residente em IC2, Matos da Ranha, n.º 42, Freguesia de Vermoil, Concelho de Pombal, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi titulada pelo alvará de legalização n.º 121/12, emitido em 14/12.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Presente parecer técnico datado 05/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto no n.º 6 do art.º 57.º do RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Av. Marginal, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade José António Moderno Neves, com o NIF 135907632, residente em IC2, Matos da Ranha, n.º 42, Freguesia de Vermoil, Concelho de Pombal, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efectivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

8 - REQ. N.º 2021/12 – PC N.º 734/06 – JOAQUIM MANUEL DINIS CALVETE

197 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2021/12 de 11/12/2012, de Joaquim Manuel Dinis Calvete, com o NIF 123417538, residente em Rua Principal, n.º 153, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi titulada pelo alvará de legalização/alteração n.º 93/12, emitido em 18/09.

Presente parecer técnico datado 05/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto no n.º 6 do art.º 57.º do RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Principal, nº 153, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Joaquim Manuel Dinis Calvete, residente em Rua Principal, nº 153, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efectivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

9 - REQ. N.º 273/13 – PC N.º124/08 – JOAQUIM FERREIRA CRUZ

198 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 273/13 de 27/02/2013, de Joaquim Ferreira Cruz, com o NIF 166795321, residente em Rua do Freixoeiro, nº 20, R/C, Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi titulada pelo alvará de legalização nº 17/13, emitido em 21/02.

Presente parecer técnico datado 05/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto no nº 6 do art.º 57.º do RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Freixoeiro, nº 20, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Joaquim Ferreira Cruz, residente em Rua do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Freixoeiro, n.º 20, R/C, Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efectivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

10 - REQ. N.º 16/13 – PC N.º 93/10 – OLGA LOLA FILIPE PIMENTA

199 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 16/13 de 01/07/2013, de Olga Lola Filipe Pimenta, com o NIF 159862078, residente em Rua Pires de Campos, n.º 98, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi titulada pelo alvará de legalização n.º 85/12, emitido em 29/08.

Presente parecer técnico datado 05/03/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto no n.º 6 do art.º 57.º do RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Largo da República, n.º 68, Freguesia de Vieira de Leiria, de Olga Lola Filipe Pimenta, residente em Rua Pires de Campos, n.º 98, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

1) Membros efectivos
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

11 - REQ. N.º 1030/12 – PC N.378/05 – JOSÉ ROLEIRO

200 - Presente processo referente ao licenciamento de uma moradia e muros, na Rua dos Francos, Amieira, Marinha Grande, cujo titular é José Roleiro, residente na Rua Central, nº. 238, Coucinheira, Amor, Leiria.

Presente requerimento, datado de 18 de junho de 2012, apresentado pelo titular do processo a solicitar a emissão de novo alvará de licença de obras de edificação.

Presente informação dos serviços de fiscalização, de 25 de junho de 2012, a dar conta que as obras de construção licenciadas não foram iniciadas.

Presente parecer jurídico, datado de 28 de fevereiro, da Divisão de Ordenamento e do Território – DOT, que se debruçou sobre o pedido apresentado pelo requerente.

A Câmara Municipal analisou:

- O requerimento n.º 1030, de 18-06-2012, apresentado pelo titular do processo n.º 378/05, José Roleiro, residente na Rua Central, nº. 238, Coucinheira, Amor, Leiria, a solicitar a emissão de um novo alvará de licença de obras de edificação, para executar as obras licenciadas em 01-06-2009, e tituladas pelo alvará n.º 88/10 de 26-05-2010, uma vez que por razões económicas não pode dar início às mesmas;

- O parecer jurídico dos serviços da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, que sobre ele recaiu e considerando as razões de facto e de direito dele constantes, que aqui se dão aqui por integralmente reproduzidas, nomeadamente:

- Que o interessado deixou que o prazo da licença decorresse, sem que tivesse dado início à execução da obra;
- Que o alvará de licença n.º 88/10 foi emitido para vigorar de 26-05-2010 até 16-05-2012;
- Que de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, as obras deveriam ter sido iniciadas no prazo de nove meses a contar da data da emissão do alvará, o que não aconteceu;
- Que nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março, com a epígrafe “ *Regime excecional de extensão de prazos*”, os prazos previstos no artigo 71.º do RJUE são elevados para o dobro.
- Que este regime excecional aplica-se aos prazos em curso à data da publicação daquele diploma e também aos prazos cuja contagem se inicie até 90 dias após a sua publicação;
- Que tendo o prazo começado a decorrer a partir de 27-05-2010, dia seguinte à data da emissão do alvará de licença de construção e dentro dos 90 dias previstos no regime excecional de contagem de prazos, a caducidade da licença ocorreu a 27-12-2011, em virtude de não ter sido exercido o direito de edificar;
- Que esse prazo é insuscetível de prorrogação, constituindo por isso um prazo de *caducidade – preclusão*;
- Que a Câmara Municipal é o órgão competente para declarar a caducidade - n.º 5 do artigo 71.º do RJUE.
- Que a declaração de caducidade tem meros efeitos declarativos, que retroagem à data do facto gerador da caducidade, ou seja 27-12-2011;
- Que o titular da licença caducada pode requerer nova licença – n.º 1 do artigo 72.º;
- Que uma vez que já passaram mais de 18 meses sobre a data da caducidade, os elementos que instruíram o processo nº 378/2005, podem ser utilizados desde que se verifique que não houve alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação - n.º 2 do artigo 72.º do RJUE.
- Que declarada a caducidade da licença o alvará é cassado pelo Presidente da Câmara Municipal – n.º 1 do artigo 79.º do RJUE;
- O alvará cassado é apreendido pela Câmara Municipal – n.º 4 do artigo 79.º do RJUE;

Delibera notificar o requerente para que em sede de audiência prévia venha, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA, dizer, por escrito, no prazo de 10 dias, o que se lhe oferecer sobre a intenção desta Câmara Municipal em declarar a caducidade da licença consubstanciada no despacho proferido em 01-06-2009, pelo então vereador do pelouro, e titulada através do alvará n.º 88/10 e consequentemente indeferir o pedido formulado no requerimento n.º 1030, de 18-06-2012, para emissão de novo alvará de licença de obras de edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º214/13 – PC N. 55/2012 – MARIA DE LURDES COELHO FADIGAS GOMES

201 - Presente requerimento, datado 13-02-2013, de Maria de Lurdes Coelho Fadigas Gomes, residente na Rua 42, n.º 17, Trutas, Marinha Grande a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pelo fornecimento de cópias do processo n.º 661/74, em virtude de ter dificuldades económicas.

Presente cópia de ofício, com a referência APJ/130420/2012/FC, datado de 05-09-2012, do Instituto de Segurança Social, IP, enviado à requerente em virtude de a mesma ter solicitado proteção jurídica. Em anexo ao referido ofício consta a análise à situação sócio-económica da requerente.

A Câmara Municipal analisou o pedido e o documento entregue para comprovação da sua situação económica e atendendo a que:

- Pode haver lugar à isenção de pagamento de taxas ou à sua redução em 50% em caso de comprovada insuficiência económica dos sujeitos passivos das taxas - alínea c) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG;

- Essa insuficiência económica deve ser demonstrada pelo requerente, mediante a junção de documentação comprovativa – n.º 4 do já citado artigo 119.º;

- O regulamento não estabelece critérios para apreciação da prova e da insuficiência económica da requerente, deixando ao órgão decisor uma ampla margem de discricionariedade;

- De acordo com documento entregue - cópia de ofício, com a referência APJ/130420/2012/FC, datado de 05-09-2012, do Instituto de Segurança Social, IP, enviado à requerente em virtude de a mesma ter solicitado proteção jurídica – ficou provado que o rendimento líquido anual da interessada é de 4.245,00€ - quatro mil e duzentos e quarenta e cinco euros (valores provenientes de pensão por invalidez) e que a requerente é o único elemento do agregado familiar;

- O rendimento anual da requerente, num cenário de crise económica e social como é o atual, dificulta a assunção de outro tipo de despesas para além daquelas que lhe permitem a salvaguarda duma sobrevivência digna;

- O valor das taxas devidas pela reprodução do processo n.º 661/74, referente à construção de uma moradia, totaliza, de acordo com o n.ºs 1.14, 1.15 e 5 do quadro I do anexo I ao RMEUMMG, o valor de 22,24 € (vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos).

Delibera, pelos motivos expostos e de acordo a alínea c) do n.º 2 do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, isentar o valor das taxas aplicáveis ao pedido apresentado por Maria de Lurdes Coelho Fadigas Gomes, residente na Rua 42, n.º 17, Trutas, Marinha Grande, para reprodução de diversos documentos do processo de construção n.º 661/74 de uma moradia, cuja titular é Olinda Maria Coelho Fadigas e que totaliza o montante de 22,24 € (vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1928/12 – PC N.º 300/12 – NELSON RIBEIRO SIMÕES

202 - Presente pedido de licenciamento de uma obra de construção de muros de vedação e passeio, a levar a efeito num prédio localizado na rua dos Pinheiros, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz rústica sob o n.º 596 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7077.

Presentes pareceres técnicos datados de 23 de novembro e 12 de dezembro, ambos de 2012, e parecer técnico datado de 06 de março de 2013, a propor a aprovação do projecto com os seguintes condicionalismos:

- a) O muro deve ficar afastado os mesmos cinco metros ao eixo da rua apresentado na planta de implantação resultando uma largura disponível para passeio de 1.75m com um afastamento ao eixo da rua de 3.25m;
- b) Apresentação de peças gráficas representativas das orientações constantes da alínea a).

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos, datados de 23 de novembro e 12 de dezembro, ambos de 2012, e parecer técnico de 06 de março de 2013, que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. O muro deve ficar afastado os mesmos cinco metros ao eixo da rua apresentado na planta de implantação resultando uma largura disponível para passeio de 1.75m com um afastamento ao eixo da rua de 3.25m;**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

2. Apresentação de peças gráficas representativas das orientações constantes da alínea a).
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeio em pavês de cimento rectangulares de 10 x 20, tal como indicado no projecto, e lancil de betão na extensão total do prédio confinante com a rua dos Pinheiros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - RETIFICAÇÃO DA DISPOSIÇÃO LEGAL CONSTANTE DA DELIBERAÇÃO DE 28-01-2013 RELATIVA A "AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO"

203 - Através da deliberação camarária de 28 de janeiro de 2013 foi aprovado o aumento temporário de fundos disponíveis a título excecional.

Considerando que a aprovação da deliberação foi fundamentada, por lapso, com base na "alínea c) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro", quando o correto seria a "alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro".

Pelo que importa proceder à sua retificação e onde se lê:

"(...) A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 479.498 euros, por antecipação da receita proveniente do Orçamento de Estado de 2013, atento o preceituado no Mapa XIX, a transferir para a autarquia no mês de Abril de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aprovação dos planos de trabalhos e compromisso das empreitadas "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande" e "Requalificação do Património Stephens – Fase 2 – Jardim Central(...)"

Deve ler-se:

"(...) A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 479.498 euros, por antecipação da receita proveniente do Orçamento de Estado de 2013, atento o preceituado no Mapa XIX, a transferir para a autarquia no mês de Abril de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aprovação dos planos de trabalhos e compromisso das empreitadas “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande” e “Requalificação do Património Stephens – Fase 2 – Jardim Central(...)”

Atento o exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovar a referida retificação, com efeitos à data de 28 de Janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 – HASTA PÚBLICA. LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM.

204 - Tendo em conta que existem quatro lojas, no edifício da Resinagem, que se destinam ao funcionamento de estabelecimentos de comércio e serviços.

Tendo em conta que esta Câmara Municipal não dispõe de conhecimentos, nem de aptidão para assumir a gestão direta das lojas existentes no edifício da Resinagem.

Tendo em conta que é possível, através de um procedimento de hasta pública, obter propostas de exploração no mercado, mediante condições que salvaguardem a prossecução do interesse público.

Tendo em conta que podem e devem ser criados incentivos à criação de postos de trabalho, mediante uma redução do montante da renda mensal em função do número de postos de trabalho criados.

Tendo em conta que devem ser fixados valores base de licitação compatíveis com a atual situação económica e com o facto de cada loja carecer ainda de trabalhos de acabamento que ficarão a cargo de cada um dos adjudicatários.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 2, alínea f), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à realização de hasta pública para adjudicação da exploração de 4 lojas sitas no edifício da Resinagem, com as seguintes características:

- b) Loja 2, com 33,75 m²;
- c) Loja 4, com 20,04 m²;
- d) Loja 5, com 33,57 m²;
- e) Loja 9, com 33,33 m²;

A hasta pública decorre nos seguintes termos:

- A hasta pública será publicitada, com a antecedência mínima de dez dias seguidos, num jornal local, através de afixação de editais nos lugares de estilo e no sítio de internet do município;

- Valor base da licitação para cada loja é o seguinte:

- a) Loja 2: 50,00 euros;
- b) Loja 4: 30,00 euros;
- c) Loja 5: 50,00 euros;
- d) Loja 9: 50,00 euros.

- O valor base de licitação corresponde ao montante mensal da renda devida pela ocupação de cada loja e consequentemente o valor final da arrematação corresponderá ao valor da renda mensal.

- A praça realiza-se no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia fixado nos anúncios a publicar, pelas 10:00 horas;

- Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar;

- O valor do lance mínimo é fixado em 10% da base de licitação;

- A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto;

- Terminados os procedimentos enumerados a exploração das lojas é adjudicada provisoriamente, pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mensal de renda mais elevado;

- O contrato deve ser celebrado no prazo máximo de dez dias úteis após a deliberação de adjudicação definitiva da Câmara Municipal;

- No final da praça será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório;

- A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de dois dias úteis a contar da adjudicação provisória;

- Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundados indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

- Se a praça ficar deserta é admitida a adjudicação por ajuste direto, nas condições estipuladas;

- Os interessados podem visitar as lojas, no horário das 9:00-12:30 e 14:00-17:30, nos dias úteis, mediante prévia marcação;

- A comissão que dirige a praça, tem a seguinte composição:

Presidente – Paulo Vicente, Vereador;

Vogal – Miguel Crespo;

Vogal – Sandra Paiva.

Licitador: Carlos Duarte, Fiscal Municipal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

16 – RESTITUIÇÃO DE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE À EMPRESA REPSOL PORTUGUESA S.A.

205 - Presente informação nº 1 de ocupação de espaço público, datada de 05 de março de 2013, emitida pelo Gabinete de Atendimento ao Múncipe, referente à restituição do valor cobrado indevidamente e que se passa a transcrever:

“Em 30 de março de 2005, através do registo de entrada nº 3185, foi solicitado o licenciamento de painéis publicitários iluminados e não iluminados no posto de abastecimento simples de Marinha Grande, sito na Estrada Nacional nº242, freguesia e concelho da Marinha Grande.

No mesmo dia, através do registo de entrada nº 3186, foi solicitado o licenciamento de painéis publicitários iluminados e não iluminados no posto de abastecimento simples de Marinha Grande, sito na Praça do Vidreiro, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Para ambos os pedidos foram emitidos pareceres técnicos favoráveis e proferido despacho de deferimento pelo Exmº Sr. Presidente da Câmara, datado de 22 de abril de 2005.

Em 16 de maio de 2005, foram liquidadas as taxas relativas à emissão dos alvarás de licença de publicidade e em 17 de maio de 2005, foram emitidos os alvarás de licença nºs 11/05 e 12/05 para os painéis publicitários iluminados e não iluminados daqueles postos de abastecimento.

Desde essa data até ao ano 2010, foram emitidos avisos de pagamento relativos às renovações destes alvarás de licença e liquidadas as respetivas taxas.

No entanto, através dos registos de entrada nº 2243 e 2245, de 7 de março de 2011, foi requerido o licenciamento de elementos de imagem e de painéis de informação para os postos de abastecimento simples de Marinha Grande, sítos na Praceta do Vidreiro nº12 e na Estrada Nacional nº242, em substituição dos elementos constantes do processo anterior.

Em 23 de março de 2011, com base nos pareceres técnicos favoráveis emitidos, o Exmº Sr. Presidente da Câmara exarou despacho de deferimento do licenciamento para os dois pedidos.

Em 05 de abril de 2011, foram emitidos os alvarás de licença nº 18/11 para o licenciamento dos elementos de imagem e painéis de informação no posto de abastecimento simples de Marinha Grande, sítio na Estrada Nacional nº242, e o alvará nº 19/11 para o posto de abastecimento simples de Marinha Grande, sítio na Praceta do Vidreiro nº12 e no dia 17 de maio de 2011, foram liquidadas as respectivas taxas.

Naquela data, atendendo ao pedido da requerente deveríamos ter declarado a caducidade dos alvarás de licenciamento nºs 11/05 e 12/05. Acontece que, por lapso dos serviços, a declaração de caducidade não ocorreu e na aplicação informática de "Publicidade e Ocupação da Via Pública" mantiveram-se ativos os 4 alvarás.

Em janeiro de 2012, ao abrigo do artigo 15.º do Regulamento de publicidade e ocupação do espaço público com equipamento e mobiliário urbano do concelho da Marinha Grande, foram desencadeados os procedimentos tendentes às renovações de todos os alvarás de publicidade para este ano.

No âmbito deste procedimento, notificámos a Repsol Portuguesa SA, para proceder ao pagamento do valor de 939,64€ respeitante a:

- Processo 1/05 a que corresponde o alvará nº 12/05, no valor de 300,82€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2012;*
- Processo 2/05 a que corresponde o alvará nº 11/05, no valor de 507,00€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2012;*
- Processo 8/11 a que corresponde o alvará nº 19/2011, no valor de 70,98€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2012;*
- Processo 9/11 a que corresponde o alvará nº 18/2011, no valor de 60,84€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2012.*

Por não se conformar com o ato de liquidação da taxa emitido, a Repsol Portuguesa SA, contestou e apresentou uma reclamação graciosa alegando, sumariamente, que somente a afixação de mensagens publicitárias de natureza comercial, com um escopo de angariação, promoção ou apelo ao consumo de bens e serviços, se mostra dependente da obtenção de prévia licença camarária, quando as inscrições existentes nos postos de abastecimento visam informar os utentes dos produtos existentes. Não obstante, a posição assumida no dia 31 de janeiro de 2012, procederam à liquidação das taxas de renovação dos alvarás.

Tal tese não mereceu acolhimento, tendo a titular dos alvarás sido notificada por ofícios datados de 7 de fevereiro de 2012 e 28 de fevereiro de 2012, resumidamente, que a publicidade em causa era de cariz indiscutivelmente comercial cuja gestão e disciplina competia à Câmara Municipal, pelo que o seu licenciamento era necessário para se conformar com a envolvente e consequentemente salvaguardar o equilíbrio urbano e ambiental.

Em 25 de junho de 2012, o Exm^o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificado da ação de impugnação judicial intentada pela Repsol Portuguesa, SA.

À semelhança da tramitação despoletada no ano 2012, foram encetados os procedimentos tendentes às renovações de todos os alvarás de publicidade para o ano 2013, tendo a empresa sido notificada para proceder ao pagamento do mesmo valor, referente a:

- Processo 1/05 a que corresponde o alvará nº 12/05, no valor de 300,82€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2013;*
- Processo 2/05 a que corresponde o alvará nº 11/05, no valor de 507,00€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2013;*
- Processo 8/11 a que corresponde o alvará nº 19/2011, no valor de 70,98€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2013;*
- Processo 9/11 a que corresponde o alvará nº 18/2011, no valor de 60,84€, relativos à renovação da licença de publicidade para o ano de 2013.*

Só nesta data foi suscitada a questão da duplicação dos processos existentes em nome da empresa, verificando-se que o aviso de pagamento da renovação dos alvarás para o ano 2013 continha as taxas respeitantes à renovação de dois alvarás de licença para cada um posto de abastecimento (alvarás nºs 11/05 e 19/2011 para a Praceta do Vidreiro e os alvarás nºs 12/05 e 18/2011 para a Estrada Nacional nº242).

Uma vez que a empresa é apenas detentora de dois postos de abastecimento, na cidade da Marinha Grande, não poderia estar a ser-lhe cobrado o valor das taxas referentes a 4 alvarás. Deste modo, corrigimos a situação através da anulação dos alvarás nºs 11/05 e 12/05 e emitimos nova guia de receita no valor de 131,82€, relativos às taxas de renovação para o ano 2013.

Face à factualidade elencada, propomos que sejam encetados os procedimentos tendentes à restituição do valor cobrado indevidamente, através da guia de receita nº 1063/2012 de 31-01-2012, relativo à renovação dos alvarás nºs 11/05 e 12/05 para o ano 2012 no valor de 807,82€ (oitocentos e sete euros e oitenta e dois centimos) e a anulação da guia de receita nº 1533/2013. ”

Considerando o exposto, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do nº 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, a Câmara delibera restituir o valor cobrado indevidamente, através da guia de receita nº 1063/2012 de 31 de janeiro de 2012, no valor de 807,82€ e anular a guia de receita nº 1533 de 11 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - EDIFÍCIO INDUSTRIAL DEGRADADO – RUA CATARINA EUFÉMIA, N.º 38, AMIEIRINHA – MARINHA GRANDE – QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E DA VIA PÚBLICA – PROPRIETÁRIOS: DE EDUARDO JOÃO DINIS MASCARENHAS E DA HERANÇA DE HERLANDER JOÃO DE ALMEIDA MASCARENHAS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

206 - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/616/2013, de 21-02-2013, bem como da Participação da Polícia de Segurança Pública com registo de entrada E/926/2013, as quais relatam o elevado estado de degradação com risco de queda de elementos construtivos para a via pública e para propriedades privadas, do edifício industrial sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 38, Amieirinha, Marinha Grande, propriedade:

- 1/2 da herança de Herlander João de Almeida Mascarenhas, com o NIF 709309031, representada pela cabeça de casal, Carmen Maria de Almeida Mascarenhas, titular do CC 10353821, residente na Rua Anzebino da Cruz Saraiva, n.º 310, Lote 1 – 2.º D, Marrazes, 2415-371 Leiria,
- 1/2 de Eduardo João Dinis Mascarenhas, titular do NIF 232914826, e de Ana Cristina Dinis Mascarenhas, titular do BI 13442025, ambos residentes no Bairro do Gericó, n.º 5 – 2.º Esqdº, 2400-158 Leiria.

Considerando que por e-mails de 21-02-2013, enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil foi reiterado aos proprietários do prédio em causa o alerta para a tomada de medidas urgentes visando fazer cessar as perigosidades provocadas pelo imóvel cujas condições de degradação são susceptíveis de colocar em causa a segurança de pessoas e de bens, uma vez que os pedidos anteriores não surtiram qualquer efeito.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 38, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª Ana Cristina Silva, Arqt.º Ricardo Santos e Dr.ª Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação aos proprietários do prédio, Carmen Maria de Almeida Mascarenhas, titular do CC 10353821, residente na Rua Anzebino da Cruz Saraiva, n.º 310, Lote 1 – 2.º D, Marrazes, 2415-371 Leiria, Cabeça de Casal da herança de Herlander João de Almeida Mascarenhas, Eduardo João Dinis Mascarenhas e Ana Cristina Dinis Mascarenhas, ambos residentes no Bairro do Gericó, n.º 5 – 2.º Esqdº, 2400-158 Leiria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

207 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:35 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/03/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 6

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião